

PALAVRAS DA CIDADE: SUJEITOS EM DISCURSIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

NUNES, José Horta (UNESP-SJRP)
(horta@ibilce.unesp.br)

Os estudos sobre as discursividades da cidade têm mostrado a constituição dos sujeitos urbanos na história e na contemporaneidade, considerando-se as transformações das condições de produção desses discursos e se perguntando sobre as mudanças na forma-sujeito (Orlandi, 2004).

Trabalhando com um corpus heterogêneo de textos administrativos, jornalísticos, artísticos, legislativos, lexicográficos, cotidianos, trabalhamos a polissemia das palavras, remetendo-a a diferentes discursos e posições de sujeito. A cada análise de uma palavra, estabelecemos um recorte e explicitamos as singularidades e as regularidades de seu funcionamento nos discursos.

Na análise a seguir, trataremos apenas de um dos recortes que realizamos: aquele que relaciona *mendigo* a *população em situação de rua*.

Mendigo: silenciamento das palavras

Uma vez exposta a perspectiva de análise, apresentaremos agora os resultados de alguns recortes de análise da palavra "mendigo". A palavra *mendigo* tem sofrido deslizamentos de sentido devido ao aparecimento de novas discursividades. Nota-se inicialmente uma repulsa a essa palavra dentro de uma certa semântica da palavra explícita ou implícita nos discursos. A palavra tem sido vista como inadequada ou preconceituosa para se nomear os sujeitos no espaço público. Ao mesmo tempo, surgem palavras que a substituem ou que passam a ocorrer ao lado dela, que a retomam, que a re-significam.

Olhando da perspectiva discursiva podemos tratar isso como uma forma de silenciamento (Orlandi, 1992), de interdição dos sentidos de uma palavra em certas conjunturas. No caso do mendigo, essas interdições se voltam para sentidos do corpo, da pobreza, da desordem, da improdutividade, do nomadismo, dentre outros. No dicionário Aurélio, mendigo é definido como "aquele que pede esmola para viver; mendicante, pedinte, esmoleiro". Essa definição, ao introduzir a formulação com pronome indeterminado "aquele que", silencia a posição social e histórica do sujeito, ao mesmo tempo em que apresenta a significação como universalizada. Além disso a especificidade de "pedir esmola" determina a definição, caracterizando o sujeito por um ato de fala: "pedir", e mais especificamente, por uma filiação ao discurso religioso. Porém, nas discursividades contemporâneas que tomam por objeto o espaço público, esse sentido de "pedir esmola" é negado pelo discurso de organização da cidade, como se nota nas propagandas de várias prefeituras, como nesta da cidade de São José do Rio Preto "Não dê esmolas, dê futuro", que nega a esmola e sustenta as doações para instituições assistenciais.

Essa observação sobre o dicionário e textos no espaço público nos indicam alguns dos sentidos que circulam na sociedade, estabilizados em uma imaginário. Porém, ao analisar diferentes materiais de análise, nos deparamos com outras palavra e outros sentidos.

População em Situação de Rua: um eufemismo que se torna um "termo"

Uma das palavras que vêm substituir a palavra mendigo é "morador de rua", amplamente utilizada nas últimas décadas, mas neste trabalho vamos nos ater a uma formulação mais recente, *população em situação de rua*, que tem se tornado muito presente por ser sustentada pelo discurso governamental e da mídia. A locução "população em situação de rua" (de agora em diante, PSR) é definida em um texto do Governo Federal que propõe uma política pública de assistência às "pessoas em situação de rua". O texto do Governo Federal circula em âmbito nacional e serve de base para a elaboração das políticas nas esferas estaduais e municipais. Além disso, a expressão PSR passa a circular repetidamente na mídia, o que lhe confere uma grande força determinadora dos sentidos de outras palavras. Se em relação a "mendigo" população de rua pode ser vista como um eufemismo, é preciso atentar também a que ela se constitui como um "termo", fazendo parte da terminologia do discurso de política pública.

A palavra *população* traz um sentido coletivo para os sujeitos que nomeia. Há um processo de coletivização dos sujeitos. O termo população significa uma pluralidade de sujeitos urbanos: flanelinhas, moradores de rua, pedintes, etc. Assim, mendigo se junta a em uma série de palavras determinadas pelo termo *população*, em uma relação meronímica (o mendigo é parte da população em situação de rua)¹. Consideramos que a população aí funciona como um "termo" na medida em que é objeto de um discurso especializado: o da política pública governamental, enquanto a palavra "mendigo" é rejeitada enquanto "termo" e é localizada na língua geral como inapropriada para nomear o sujeito urbano.

Já o segmento "em situação de", que determina o nome população, confere significações espaciais e temporais aos sujeitos, o que permite abranger tanto os sujeitos que moram na rua, que ali pernoitam ou permanecem por longo tempo, quanto os que "estão" na rua exercendo algum tipo de atividade no espaço público: venda de mercadorias, malabarismos, limpeza de pára-brisas, etc. É aí que se estabelece uma divisão fundamental na PSR: aquela entre os trabalhadores e não-trabalhadores.

Enquanto significação de lugar, o termo PSR contempla diferentes locais em que os sujeitos se encontram: as ruas, as calçadas, os viadutos, etc.. Estando "em situação de", o sujeito é sempre provisório, iminente, não passível de fixação. Já o termo "rua" significa de modo geral o espaço público, mas observe-se que "rua", quando considerada no interior de "em situação de rua" ganha um sentido de instabilidade e de inadequação em relação ao sujeito: a rua é um lugar onde não se permanece, ou não se deve permanecer.

Note-se que no Censo do IBGE, realizado a cada dez anos, a população em situação de rua não é contada devido a suas características instáveis e visto que o censo toma por base a população nas moradias. Por isso se tem proposto a contagem dessa população separadamente. Sustentado nesse discurso da ciência social, de base estatística, o discurso de inclusão torna os sujeitos objetos da administração pública, individualizando-os e obtendo-se uma coletividade de indivíduos identificáveis (o discurso da identidade), definíveis e calculáveis.

Conclusão

O discurso do Governo Federal produz um vocabulário que significa os sujeitos urbanos e que funciona construindo uma coletivização (PSR) que é também uma individualização na medida em que torna os sujeitos identificáveis, contáveis, passíveis de

cadastro e de intervenções das políticas públicas e da segurança pública. Produz-se assim uma semântica da palavra que distingue os sujeitos produtivos e não produtivos e as palavras adequadas e não adequadas para nomear os sujeitos. A palavra mendigo é uma das que são rejeitadas no discurso do governo, visto que ela silenciaria a posição de trabalhador.